



## ***Síntese da fase diocesana do processo sinodal***

Damos graças a Deus por este momento sinodal que a Igreja Católica está a viver. É verdade que, como Igreja, sempre “caminhamos em conjunto”, mas esta experiência e vivência sinodal revela outro rosto da Igreja, com o desejo de começar a concretizar o “apostolado do ouvido” (Papa Francisco). A experiência iniciada com este Sínodo é apontada por muitos como um momento muito positivo e, em alguns casos, promotor de mudança e criação de pontes de diálogo entre diferentes comunidades e pessoas.

### **1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO**

**1.1.** A Arquidiocese de Braga iniciou o **processo sinodal** convidando todo o povo de Deus a participar em dois momentos formativos, com o objetivo de, por um lado, motivar à participação no sínodo, e por outro, ajudar a esclarecer algumas questões relativas ao tema e à metodologia que viria a ser adotada. Previamente havia sido constituída uma equipa composta por nove pessoas, um padre, uma religiosa e sete leigos, cuja tarefa era facilitar e colaborar para que todo este processo sinodal decorresse da melhor forma.

Por uma questão de fidelidade ao esquema proposto no documento preparatório, a equipa optou por manter as três temáticas (Comunhão, Participação e Missão), bem como as questões apresentadas, sem qualquer alteração, de forma a não destacar ou relegar nenhum tema ou questão. No entanto, foi sublinhada a liberdade dada às comunidades e aos grupos sinodais de poder adaptá-las ao seu contexto.

No que respeita aos materiais disponibilizados, foi criado um site com toda a informação relativa ao Sínodo de forma a favorecer a compreensão e acessibilidade. Como sugestão foram construídos três esquemas de encontro, um referente a cada uma das temáticas, anteriormente referidas, bem como facultados cinco esquemas de oração, vincando-se a importância da oração comunitária e da escuta do Espírito Santo nesta caminhada Sinodal. Foi, igualmente, pedido a cada comunidade que indicasse um moderador paroquial que ajudasse a operacionalizar a dinâmica dos encontros, bem como se responsabilizasse por sintetizar o diálogo e reflexão realizada nos diferentes grupos, submetendo-a online, num formulário próprio, utilizando no máximo 300 palavras para cada uma



das três temáticas. Foi também possibilitado o contributo individual, criando-se, para o efeito, no referido site essa modalidade.

**1.2.** Findada esta fase, que reconhecemos, foi pautada por alguma pressão em termos temporais e pelo facto de muitos grupos sinodais manifestarem dificuldade no entendimento das questões e também pela sua extensão em termos de número, foram submetidas **as sínteses**, cuja proveniência é maioritariamente das paróquias / unidades pastorais / arceprestados, contudo regista-se também a participação de alguns dos movimentos / departamentos existentes na Arquidiocese, assim como da vida consagrada.

Em geral, as reflexões recebidas abrangeram uma ampla variedade de questões e problemáticas. Apesar de em termos quantitativos as respostas recebidas estarem longe de ser uma representação significativa da Arquidiocese, traduzem já a amplitude e riqueza que nela existem. As sínteses manifestam a diversidade das realidades eclesiais que a constituem. Embora se possam reconhecer traços comuns em quase todas essas realidades, tanto nos aspetos positivos como nos negativos, são também evidentes os diferentes pontos de vista.

Esta diversidade de visões, mais do que ser identificada como um obstáculo no caminho, pode ser reconhecida como uma potencialidade e riqueza a explorar... Ainda que, nalgumas sínteses, seja referida a dificuldade de escuta e valorização de opiniões nas paróquias e nos grupos.

Parecem-nos escassos os contributos de pessoas fora de grupos eclesiais pré-existentes ou que não desempenham qualquer função específica na paróquia. É também notória a dificuldade em conseguirmos reflexões vindas das periferias/ minorias. As reflexões individuais foram também em número residual.

Percebe-se que o conteúdo condensado nas sínteses não traduz integralmente, nem é delimitativo, de todo o processo sinodal que decorreu na paróquia ou no grupo. Esse é um sinal de grande alegria e consolação. O objetivo último desta fase diocesana, mais do que a preocupação com a elaboração de uma síntese, seria infundir nas comunidades e realidades eclesiais este espírito de sinodalidade, na esperança de que este se prolongue além do limite temporal estabelecido para este Sínodo. Algumas sínteses referem o desejo e a vontade de os encontros dos grupos de consulta sinodal se repetirem e multiplicarem, nos seus diversos contextos.

É também evidente, na maioria das reflexões recebidas, o papel e lugar que o Espírito Santo ocupou em todo o processo desenvolvido. Está explícito o amor que as pessoas sentem pela Igreja e a vontade de caminharem em conjunto, de desenvolverem um sentido de comunidade e de propósito comum. Reconhecem, por isso, com alguma dor e angústia, as dificuldades que os impedem de concretizar mais plenamente esse impulso do Espírito. De forma geral, parece-nos que as pessoas abraçaram com grande contentamento a oportunidade de falar sobre a fé e os desafios que a Igreja e a sociedade em geral enfrentam.

Constatamos, em verdade, que muitas das respostas transparecem mais aspetos negativos e críticas à Igreja do que propostas concretas de edificação. Está patente um certo grau de descontentamento e



de urgência de mudança das estruturas e métodos eclesiais. As tristezas, angústias e desânimos dos participantes, caminham, no entanto, lado a lado com sinais de alegria por pertencerem a uma comunidade e por partilharem experiências e a sua história de fé. Este caminho aberto pelo Sínodo, bem como a ação e convite do Papa Francisco, são também vistos como sinais de Esperança para toda a Igreja.

## 2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para a elaboração deste ponto da síntese, foram consideradas as submissões individuais e as de todos os grupos de consulta sinodal. Um aspeto forte deste método sinodal é a valorização da escuta do povo de Deus. Conscientes da impossibilidade de expor cada tema nelas abordado de forma exaustiva, tentou-se garantir ao máximo a fidelidade aos contributos recebidos, apresentando aqui uma compilação global dos mesmos.

**2.1.** Destacamos, como um dos âmbitos mais debatidos, as questões relativas à vivência comunitária, nomeadamente o exercício de governação. A **figura do pároco** é percecionada de formas distintas: uns fazem a experiência do pároco como uma presença reconfortante e colaborativa, que assume um papel de liderança na medida em que desafia, motiva e orienta a comunidade; outros como alguém que transmite autoritarismo, sem capacidade de escuta, que não incentiva à participação e que afasta as pessoas em vez de as aproximar, ou que não tem tempo para partilhar da vida dos seus paroquianos, pelo número de paróquias a seu cargo e pela excessiva carga de tarefas que assume. Alguns sugerem uma reorganização pastoral das comunidades.

Em algumas realidades, ainda subsistem situações de clericalismo e de abusos de poder, estabelecendo-se uma distância significativa entre clero e leigos. Noutras, está patente um modelo pastoral e paroquial ainda muito dependente do pároco, assumindo-se a necessidade de este se centrar mais no acompanhamento espiritual e na dimensão da escuta, do que na administração patrimonial e financeira das paróquias e Centros Sociais Paroquiais. Ao invés, deve haver a coragem de delegar nos leigos esta mesma responsabilidade, aliando-se a isso a obrigação de uma maior transparência e clareza nessa gestão.

Nesta linha, alude-se à pouca importância dada aos Conselhos Pastorais Paroquiais e aos Conselhos Económicos, sendo apontada a sua inexistência ou funcionamento deficitário e pouco participado.

De forma menos significativa, foram também mencionadas as questões do celibato - ora questionando a possibilidade da sua abolição, ora interpretando-o como um sinal de entrega -, e da formação do clero, evidenciando algumas lacunas na área da espiritualidade e experiência de Deus, nas relações humanas e capacidades comunicativas.



**2.2. O papel dos leigos** foi também outro dos aspetos mais referidos. As sínteses identificam a formação e, especificamente, a formação de lideranças como algo absolutamente premente e essencial para, por um lado, ajudar as pessoas a assumir a sua missão de cristãs e batizadas, e, por outro, para exercerem os ministérios a que possam ser chamadas, contribuindo para a partilha de tarefas, para a renovação de rostos e, sobretudo, para a tão pretendida desclericalização, auxiliando os párocos nas funções de gestão e coordenação. Pede-se uma Igreja participativa que dê aos fiéis a oportunidade de participar na administração das paróquias; uma igreja menos burocrática, mais participativa e mais espiritual. Há tantos talentos na nossa Igreja à espera de serem postos a render.

Salienta-se também que uma grande parte da responsabilidade do funcionamento dos serviços das paróquias é depositada nos leigos, mas simultaneamente, muitos sentem-se pouco escutados em matéria de liderança e tomada de decisões, sentem que o seu trabalho não é reconhecido ou valorizado; sentem-se desgastados, cansados e desmotivados, na medida em que são “poucos a fazer muito”.

Este mesmo ponto, levantou ainda a questão de, nas paróquias, por vezes, se constituírem pequenos grupos fechados que chamam a si todas as tarefas e encargos e que não aceitam nem convidam outros para participarem de forma mais ativa no serviço pastoral, considerando-se uma “igreja elite”.

**2.3. A escuta e a proximidade** são mencionadas como algo essencial, mas em falta na vida comunitária. Não de uma forma estruturada, mas como cultura: a importância dos “leigos escutarem os leigos” e de estes serem escutados pelos párocos; de existir predisposição para escutar o próximo mesmo sem ter de convocar reuniões ou assembleias. Algumas sínteses dão conta da existência de comunidades com estilos de comunicação autênticos e livres, onde todos podem manifestar-se e as decisões são tomadas após consulta dos grupos, proporcionando-se oportunidades para projetar e avaliar a ação pastoral em conjunto. Porém, na generalidade, as sínteses concordam que os leigos não são valorizados, e essas mesmas respostas são uma demonstração disso, quando o anseio maior nelas expresso é ser escutado pelo pároco.

**2.4.** No que se relaciona com o **papel das mulheres** na vida da Igreja, várias vezes é discutido o seu lugar e a pouca relevância que têm nos diferentes órgãos e estruturas eclesiais de coordenação, gestão e decisão, quer a nível paroquial, quer a nível diocesano, bem como nos diferentes ministérios. O diaconado feminino e a ordenação de mulheres são colocados como opções a ser discutidas com abertura.

**2.5.** A estrutura vertical e o processo de **tomada de decisões** são dos temas mais sublinhados. Como caminho, é pedido à Igreja que seja menos burocrática e mais espiritual; menos elitista e legalista e que manifeste, em ações concretas, uma atitude de acolhimento, serviço e autêntica comunhão. Pede-se uma maior transparência e menos secretismo por parte da hierarquia da Igreja, na tomada de decisões e na forma como gere as questões económicas, financeiras e morais. Apela-se à necessidade de se assumir os erros cometidos, de forma a gerar mais confiança (por exemplo, no que diz respeito a casos de abuso sexual e espiritual), e a responsabilização pelas mágoas e feridas causadas nas pessoas que se afastaram da Igreja.



**2.6.** Há também o desejo de uma **maior ligação e melhor comunicação com a Arquidiocese** e com outras paróquias, evitando comunidades fechadas e isoladas. E que isso contribua para uma maior coerência e harmonia na forma de atuar, dissipando a dualidade de critérios que por vezes se verifica em relação a determinados assuntos nas diferentes paróquias (nomeadamente, na administração dos sacramentos).

Estando a maioria das sínteses mais focada na vida paroquial, também se pede atenção para não reduzir a vida da Igreja ao que se vive e ocorre nas paróquias. Movimentos, associações, institutos de vida consagrada e tantos outros carismas são também parte essencial da vida eclesial. A vida consagrada deve ser valorizada por aquilo que é, como riqueza do Espírito na vida da Igreja, mais do que pelos serviços que presta.

**2.7.** Finalmente, no âmbito da vivência comunitária, conclui-se que existe um entendimento muito relativo sobre o que significa “**caminhar juntos**”. Maioritariamente, reconhecem-se como companheiros de viagem aqueles que trabalham mais ativamente nas coordenações e movimentos paroquiais, no entanto, continua a ser evidente a falta de unidade, diálogo e mútua compreensão dentro e entre os vários grupos e a dificuldade do trabalho colaborativo. Em alguns contextos, há facilidade de comunicação, todos se conhecem e respeitam, reconhecendo na Eucaristia e na Palavra momentos fecundos de orientação para a vida comunitária. No entanto, noutros contextos, as pessoas não se conhecem bem ou, então, as divergências são maiores, gerando, por vezes, comportamentos hipócritas, desleais e ciúmes que impedem a autêntica comunhão. Os ambientes dentro da igreja nem sempre são saudáveis e fraternos. Assinala-se, pois, a necessidade de partilhar, viver e celebrar comunitariamente a vida, colocando em comum as alegrias e as tristezas de cada um. É fundamental criar relação humana no contexto da vivência da fé, fomentando o sentido de pertença e estabelecendo momentos concretos para a oração, a partilha e o convívio nas comunidades.

**2.8.** No que concerne à ação pastoral, apontam-se os efeitos da **pandemia**, que, de uma forma geral, desmotivou e acentuou barreiras e dificuldades já existentes. Sente-se uma Igreja envelhecida, acomodada, fechada e voltada para si própria, que ainda valoriza muito o ritualismo e vive distante do mundo e da vida das pessoas. Reconhece-se que, no nosso contexto, as igrejas estão cada vez mais vazias, há menos participação nos sacramentos; em particular por parte dos jovens e das famílias. Constata-se que a formação cristã termina habitualmente com o percurso de 10 anos da catequese, que em vez de educar para o discipulado, encaminha para as festas e depois não existe muita oferta e/ou acesso a formação e acompanhamento na fé para jovens e adultos; logo seria importante repensar as propostas catequéticas e os recursos humanos e materiais que canalizamos para isso. A formação teológica e bíblica é escassa.

**2.9.** Tendo em conta esta realidade, é manifesta a urgência de trabalhar com e para os jovens: ser-se criativo na proposta de novos caminhos que vão ao encontro dos seus hábitos e gostos e que os desinstalem, para os ajudar a criar vínculo na comunidade e à missão que receberam no Batismo, mostrando-lhes que a sua presença é importante para a renovação da própria Igreja e que esta acolhe e tem a coragem de materializar os seus contributos.



**2.10.** Igualmente, considera-se que a Igreja deveria dar mais atenção às **famílias** como “primeiras igrejas”, fomentando a consciência de que são Igreja doméstica, através da oração, participação eucarística, escuta da Palavra de Deus, relação íntima com o Senhor e através da vivência e animação da fraternidade. As famílias precisam de ser mais apoiadas na formação humana, afetiva e espiritual e acompanhadas nas diferentes fases, antes (namoro e noivado) e após o matrimónio (nascimento dos primeiros filhos, “fase do ninho vazio”, viuvez). Um dos pontos mais mencionados nos contributos recebidos é também a necessidade de a Igreja acolher, integrar e cuidar melhor das pessoas que fizeram a experiência de um matrimónio ferido (divorciados e recasados, pais e mães solteiros, situações de infidelidade, “pluriamores”, demências/doenças). Considera-se que, demasiadas vezes, o acolhimento e a escuta são condicionados pelo escrutínio à vida das pessoas e que o critério de ação é o julgamento, a exclusão e a condenação e não a caridade, o acompanhamento e o respeito pelos diferentes ritmos de caminhar.

**2.11.** Do ponto de vista celebrativo, as sínteses recebidas aludem a um cuidado maior com a liturgia. Apela-se a que esta seja melhor organizada e mais participada por toda a comunidade, referindo que as celebrações não têm uma linguagem apelativa, compreensível ou significativa para as crianças, jovens e pessoas portadoras de algum tipo de incapacidade psicossocial; sugerem-se homilias mais conectadas com a realidade concreta das pessoas, com as suas dificuldades, angústias e sofrimentos do dia-a-dia.

Sente-se também uma preocupação por fazer da celebração da Eucaristia um momento de comunidade, não uma celebração individualista. Pede-se que a Eucaristia seja centro da vida e da fé da comunidade.

Expõe-se também o desejo de uma maior vivência e acompanhamento espiritual, propondo-se o estabelecimento ou alargamento de horários de atendimento pastoral, de acesso ao sacramento da Reconciliação e adoração ao Santíssimo e ainda a criação de equipas de acolhimento, acompanhamento e escuta nas comunidades.

Por outro lado, denuncia-se a procura dos sacramentos como num “supermercado” e apenas por tradição ou pelo aspeto social, sem que realmente se verifique envolvimento, maturidade ou caminho de fé percorrido.

A preocupação pelo cuidado com a vida espiritual, pelo crescimento como discípulos de Jesus Cristo, surge nas sínteses, associada ao desejo de ver acontecer tempos de oração, em pequenos grupos, para além da celebração da Eucaristia.

**2.12.** A relação **Igreja / Sociedade** é também mencionada. Neste aspeto é pedido à Igreja que possa ter “outros olhares” e que se abra “ao diferente, ao novo”, acolhendo, integrando e incluindo grupos que são sistematicamente excluídos ou marginalizados e com quem está em “dívida de escuta” (comunidade LGBTQIA+; minorias étnicas; pessoas portadoras de deficiência; com dependências; em situação de reclusão, migração, pobreza ou doença) - e exprimindo posições ou pontos de vista referentes a assuntos vistos habitualmente como tabu.



**2.13.** Sublinha-se também a importância da **dimensão sócio-caritativa**: pede-se uma Igreja verdadeiramente ao serviço dos outros - “hospital de campanha” -, capaz de mobilizar recursos em favor da justiça e equidade social; proativa em relação aos problemas da atualidade (alterações climáticas, crise dos refugiados, ...); zelosa dos mais frágeis e idosos; atenta às questões do mundo do trabalho e às dificuldades laborais e financeiras dos jovens e das famílias.

**2.14.** É também apontada a necessidade de uma atualização da **linguagem** usada no contexto eclesial - tantas vezes demasiado complexa, incompreensível e desligada da vida concreta das pessoas -, de forma a aproximar-se mais dos diferentes grupos etários e da sociedade em geral, tornando-a mais clara e acessível a todos, adaptando-a, se necessário. A Igreja deve ter atenção ao modo como se comunica no mundo e dá razões da sua fé e esperança: pedem-se indicações mais claras e coerentes sobre as propostas morais e doutrinárias, tendo em atenção os discursos vazios, reticentes à novidade e à mudança. Os meios de comunicação social são vistos como ferramentas que poderão ajudar a difundir e encurtar as distâncias já expostas. Assim, cada vez mais a Igreja deve apostar nas novas tecnologias e nas redes sociais para conseguir chegar mais, e de uma melhor forma, junto das pessoas e das comunidades.

**2.15.** Um apontamento ainda para a questão da não existência de **diálogo ecuménico**. As reflexões apresentadas aludem à necessidade de este ser maior e mais orante, no sentido de se criar uma verdadeira relação e unidade entre os cristãos.

Uma Igreja “em saída” precisa da coragem de ir ao encontro de outros mundos, como a cultura, a universidade e de ser capaz de um diálogo verdadeiro e de autêntica escuta.

**2.16.** Por fim, conclui-se, nas sínteses recebidas, a transversalidade da **dificuldade em alcançar as periferias** e de evangelizar quem está afastado e/ou indiferente à comunidade.

Reconhecem-se que as grandes causas do afastamento da Igreja são a falta de propostas significativas e edificantes, a falta de testemunho em relação à mensagem central de Cristo, a falta de coerência de vida dos sacerdotes e leigos mais envolvidos na vida paroquial e o escrutínio da vida pessoal dos fiéis, numa lógica de condenação e julgamento e não de compaixão e correção fraterna.

Algumas realidades afirmam que se dispõem a acolher, mas que não há receptividade ou participação de quem está fora. Outras dão testemunho de experiências belas de ser e estar em Igreja e de tentativas de dialogar com quem vive à margem da comunidade: Alpha; “Café com Pais”; “Noite da partilha” (encontros mensais com adultos); iniciativas várias que procuram colocar a caridade no centro da sua ação, como grupos de visita e acompanhamento a quem está mais isolado ou frágil.



### **3. VISÃO ATUAL E PROPOSTAS DE MUDANÇA**

**3.1.** A comunhão vivida e experimentada no seio das diferentes comunidades parece sentir-se a diferentes ritmos.

Por um lado, sente-se um relativo “caminhar juntos”, já com significativos dinamismos de partilha, com todos aqueles que integram os movimentos ou que participam assiduamente na Eucaristia, embora se registem diferenças de ritmo e intensidade consoante a comunidade, o movimento ou a realidade em causa.

Por outro lado, os que permanecem “à margem” não integram este ‘abraço’ da comunhão, seja devido a limitações dos próprios, como é o caso dos doentes e idosos, por exemplo, impossibilitados de participar ativamente, seja por incapacidade das próprias comunidades em conseguir acolher, chamar e envolver outros.

Consequentemente, percebemos que nem todos têm igual oportunidade de ser escutados, assim como nem todos têm as mesmas possibilidades para tomar da palavra. É sempre mais fácil escutar quem já está integrado. O preconceito, a ‘preguiça’ de ouvir, o receio da má interpretação ou da não aceitação ainda nos impedem de acolher o outro na sua diferença, seja esta de que natureza for.

A participação na Eucaristia reflete também essa diferença de ritmos. Nem sempre é vivida como um momento verdadeiramente rico, de encontro, de preparação e fundamentação de toda a ação pastoral. Ainda há o risco de participarmos por mera rotina ou preceito, sem compromisso ou verdadeira envolvimento da comunidade. O não regresso de muitos, depois da fase mais crítica da pandemia, assim como o desaparecimento de uma importante fatia da comunidade nos períodos de férias ou nas interrupções da atividade da catequese são a expressão disso mesmo.

Em suma, o “caminhar juntos” parece relativo e ainda limitado a um determinado grupo de pessoas.

Deste modo, procurando promover a participação e envolvimento de todos, importa que o pároco, assim como os responsáveis dos diferentes movimentos, assumam o papel de líder servidor, capaz de caminhar com os outros, ao lado dos outros, fazendo-se presentes, próximos e empáticos, nas alegrias e nas dores, nas dificuldades, nas crises e nos momentos de festa.

Ainda assim, em muitas comunidades os leigos diretamente envolvidos nos diferentes movimentos sentem-se chamados a tomar parte ativa nas decisões relativas à vida da comunidade. Todavia, destaca-se aqui a armadilha de podermos cair numa gestão demasiado ‘empresarial’, seguramente diferente de uma verdadeira participação no âmbito pastoral, na medida em que esta última requer oração, abertura à voz do Espírito, caridade mútua e permanente discernimento espiritual. Um outro perigo é a leveza com que se podem tomar decisões ou até não as tomar, negligenciando-as, quando estas são devidas e estritamente necessárias, não definindo com clareza e exatidão os passos a dar e deixando a vida pastoral presa a uma certa passividade gerada pela incerteza ou a dúvida e geradora de desânimo.



No que toca à missão evangelizadora da Igreja, nem todos os batizados a vivem e abraçam de forma comprometida e séria. Não dependerá das diferentes disponibilidades, mas, sobretudo, do caminho feito por cada um, do modo como se deixou interpelar ou do modo como a comunidade foi capaz de gerar paixão e encantamento por Jesus Cristo na vida de cada um. Muitos, não tendo sido cativados, não tendo sentido que se lhes falou ao coração, ou por mera resistência ou desconforto, não se sentem parte responsável e implicada na missão da Igreja.

Isto resulta do próprio modo como temos vindo a evangelizar; da forma como fazemos catequese, como chegamos às famílias, sobretudo às mais jovens; da forma como as nossas celebrações se revelam cativantes e acolhedoras e, ainda, do modo como a Igreja tem vindo a procurar fazer-se presente nos diferentes âmbitos sociais (mundo do trabalho, comunidades escolares, ação sócio-caritativa, junto das autoridades civis, entre outros).

Na verdade, são várias as áreas que tendemos a negligenciar, sobretudo as mais sensíveis e delicadas na vida de cada um, associadas aos momentos de dor e abandono (pobreza, desemprego, doença, luto, ...). Vivemos ainda muitos centrados em nós mesmos e naqueles que já caminham ao nosso ritmo, fechados na nossa “concha”.

**3.2.** A aposta na formação de leigos comprometidos e agentes de pastoral em geral assume um caráter primordial e incontornável nos diferentes âmbitos de ação pastoral, de modo a que os mesmos possam ter uma participação mais ativa, consciente e apaixonada na vida da Igreja. Um agente de pastoral não pode agir e viver como um “funcionário” da paróquia ou de algum sector de pastoral, que perante uma adversidade ou seduzido por outros interesses, rapidamente abandona a sua missão. Importa, pois, fomentar o verdadeiro espírito evangélico, o imperativo de servir e ser testemunha comprometida do Senhor Jesus nos dias de hoje, quer na comunidade, quer em todos os contextos onde cada um se move, vivendo como um verdadeiro discípulo missionário. Recordamos, a propósito, o legado de São Bartolomeu dos Mártires, que inspirado pela figura de João Baptista, que Jesus dizia ser uma “lâmpada ardente e luminosa” (Jo 5, 35), elegeu dois verbos para seu lema episcopal: “Arder e Iluminar”.

Como tal, esta formação para agentes de pastoral deverá contemplar múltiplas dimensões, nomeadamente ao nível da espiritualidade e de uma atitude de contínua conversão, segundo a lógica do evangelho, promovendo-se o aprofundamento da relação pessoal de cada um com Cristo e com os outros. A propósito, também a formação humana se assume determinante, por parte de clérigos e leigos, procurando-se a motivação e caridade recíprocas, para que o coração das comunidades e dos seus movimentos possa pulsar em permanente espírito orante, sem esquecer a promoção de momentos de encontro, partilha e convívio, fundamentais para que se criem laços afetivos e todos possam participar de modo mais fiel na vida da comunidade, sempre com alegria e renovado fulgor.

De salientar que, esta atitude de contínua conversão espiritual, não deve acontecer porque estamos em “dificuldade”, como resposta a um menor número de sacerdotes ou a Eucaristias menos participadas. Na verdade, essa atitude de conversão é primordial e torna-se presente se o Evangelho é entendido como uma instância crítica à própria consciência; se assim for, tornar-se-á a verdadeira



espinha dorsal na vida da Igreja, seguindo o mandato do Senhor Jesus: “estar no mundo, sem ser do mundo para transformar o mundo”, gerando, assim, novos discípulos.

A propósito, destaca-se novamente a necessidade de combater o clericalismo no seio da Igreja, ainda muito presente na vida de muitas das nossas comunidades. Não podemos confundir serviço com autoridade, ou, melhor dizendo, a autoridade do presbítero há de manifestar-se no serviço e na entrega total àqueles que o Senhor lhe confiou. Precisa de delegar ações e decisões nos leigos, conferindo-lhes um papel mais ativo, sem esquecer o papel da mulher na Igreja e a sua especial sensibilidade, feminina e maternal, em tantas questões.

O pároco deve assumir a sua missão de verdadeiro pastor, exercendo o ministério da presença junto do seu rebanho, para que este se sinta amparado, protegido, confiado ao amor de Deus e para Ele conduzido com fidelidade e diligência. É, pois, o testemunho de caridade e de confiança manifestado pelo presbítero, que potencia as capacidades do rebanho que lhe foi confiado. Na verdade, o pároco não deve rodear-se de leigos e contar com o seu trabalho na realização da vida da comunidade, porque precisa de ajuda e porque está mergulhado em trabalho, eventualmente presidindo a várias comunidades; isto é, os leigos devem ser envolvidos e comprometidos, porque só assim podem exercer a sua missão e vocação de batizados na vida da Igreja, de facto, o sacerdócio ministerial há de estar ao serviço do sacerdócio comum de todos os fiéis batizados. Aqui se tornará clara a sinodalidade a que todos somos chamados.

Além disso, se é notório e maravilhoso que existam, em muitas das nossas comunidades, várias possibilidades e espaços de diálogo, nomeadamente no contexto dos diferentes movimentos pastorais, também é certo que corremos o risco de, em alguns casos, por exemplo, no âmbito do Conselho Pastoral Paroquial, não se passar de um mero cumprimento formal de uma exigência inicialmente cheia de sentido. Importa a abertura a diferentes posições e o respeito pelo outro, sendo que o mais determinante é imitar a pedagogia do próprio Jesus, isto é, estar com os discípulos; servir aqueles que o Senhor nos confia no âmbito da ação pastoral e anunciar para fora de portas, “às ovelhas perdidas da casa de Israel”; afinal, todos se encontram sedentos de gestos de amor e, se a Igreja que somos, os expressar, promoverá uma comunidade marcada por uma autêntica cultura sinodal onde “caminhar juntos” será um sinal da “nova criação” a que somos chamados.

Se alguns setores da Igreja atual parecem refletir muito da sociedade hodierna em que vivemos, numa cultura da indiferença e do egoísmo, “cada um por si”, uma Igreja mais sinodal deve ser antes espelho fiel do Evangelho, procurando servir e amar a todos, especialmente os mais frágeis e esquecidos (uma Igreja “Hospital de Campanha”, como nos diz o Papa Francisco). Deste modo, vem para o centro da nossa atenção a necessidade da aposta numa “pastoral do encontro”, impondo-se a necessidade de edificar uma Igreja “em saída”, abrindo, sem medo, o âmbito da nossa ação eclesial, tendo tempo “para perder” com o outro, acolhendo e acompanhando, estando atentos e abertos aos novos desafios que as necessidades dos irmãos nos chamam a responder!

Pelas razões já aqui elencadas, a Igreja deve ter particular cuidado com a linguagem que adota e o modo como se comunica. Se assim o fizer, poderá chegar à vida e ao coração de todos, promovendo o encontro entre os membros da comunidade humana, segundo as diretrizes da cordialidade, da



pacificidade, da concórdia e da paz, inspirada na Vida de um Deus que é Comunhão e que, a todos os que Lhe abrem o coração, conduz à conversão e à reconciliação em cada dia e em cada hora.

Além disso, terminado o processo de escuta, que deu origem a esta síntese, importa ajudar as nossas comunidades e realidades pastorais a manter o ritmo e o método sinodal. Esta foi, no tempo que nos é dado viver, uma primeira experiência que precisa de deixar marcas fundantes, devendo ser alargada quer no tempo, quer nas pessoas a quem toca, procurando, assim, envolver muitos outros que ainda não se sentiram ou não foram chamados. A sinodalidade, condição para que a Igreja seja fiel à sua essência e ao mandato de Cristo, não pode ser prisioneira de um determinado período temporal, nem “fechada” às pessoas por quem Jesus Cristo deu a Sua Vida.

Por isso, a experiência dos grupos sinodais, com o método das rondas, onde todos são desafiados à escuta do Espírito Santo e dos demais Irmãos, bem como a deixar a sua partilha e participação ativa, devem ser estratégias e instrumentos a preservar e potenciar para além deste processo sinodal em curso. A criação de pequenos grupos, isto é, de pequenas comunidades de fé, num ambiente afetuoso e próximo, para a escuta e partilha da Palavra de Deus, serão promotoras de verdadeiro encontro com o Senhor Jesus. Também a experiência das assembleias diocesanas nos podem trazer a consciência e a prática dum ser Igreja, para além dos limites da comunidade paroquial.